

Das narrativas orais à visualização das práticas dos trabalhadores Uberlândia no final do século XX e início do século XXI

CARLOS MENESES DE SOUSA SANTOS*

Ao procurar discutir o que vem implicando ser trabalhador na cidade de Uberlândia no final do século XX e início do século XXI, parti das experiências desses sujeitos para perceber como lidam com uma condição de classe compartilhada. Por meio dessa questão, a discussão teve o interesse de repercutir os modos como trabalhadores formulam suas práticas sociais.

Entendo que os trabalhadores compartilham a cidade tendo que lidar com pressões e limites que expõem sua condição de classe (WILLIAMS, 1979). No entanto, essa afirmação não pode ser um sofisma teórico. O modo como se relacionam na diferença e na desigualdade precisa ter materialidade histórica. Portanto, esse foi o ponto de partida que sugeri para que pudesse discutir a movimentação dos trabalhadores ao viverem a cidade.

Pensar os processos de construção das diferenciações e identificações, elaborados nas práticas que firmam como sujeitos de suas relações, foi possível por se tomar essa dinâmica como classista. Portanto, o suposto teórico e político é o de classe, noção tomada aqui como termo de relação, o que percebo como território dinâmico da repercussão histórica, da relação de poder mantida na cidade (THOMPSON, 2001: 269-281).

Nesse caminho, encontrei logo de partida um problema; não consegui vislumbrar no decorrer da pesquisa nenhum marco do qual pudesse, com tranquilidade, iniciar e fechar essa proposta de discussão. A diversidade das experiências dos trabalhadores apontava para uma cidade compartilhada, mas, também dividida por valores e expectativas que indicavam interesses conflitantes e desigualdades marcantes. O estado de tensão social talvez fosse o campo comum da convivência entre os moradores da cidade.

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia.

Foi, então, que ao invés de empenhar a pesquisa para demonstrar um determinado marco de realização “do processo histórico”, resolvi apontar como foco processos de disputa mantidos na cidade. Ao invés de estabelecer as referências de um dado processo e buscar na experiência das pessoas sua correspondência, resolvi inverter o processo (CHALHOUB, 1990). Passei a perceber que a experiência social formulava sua própria historicidade. Assim, comecei a vislumbrar não um, mas vários marcos, não necessariamente referenciados na historiografia, e, o mais importante, que dificilmente apontavam para uma cidade em consenso. Ao contrário, esses diversos marcos me permitiam pensar como essa cidade está sendo vivida na dissensão (SOUSA, 1995).

Minhas questões foram sendo construídas a partir do diálogo com práticas formuladas por trabalhadores ao viverem a cidade nessas últimas três décadas. Essas práticas, percebidas em determinadas evidências, propostas como fontes para a produção do conhecimento histórico, foram perseguidas em diferentes materiais, os quais foram produzidos com interesses variados, em historicidades específicas.

Nesse sentido, as fontes são entendidas como diálogos/confrontos estabelecidos por determinados sujeitos, em certas relações. Quase sempre se fazem como termo de relação entre desiguais, portanto, em um campo atravessado por interesses, que apesar de comporem atuações comuns podem expressar divergências significativas entre seus autores. Esta percepção é sugerida como um determinado modo de ler as fontes, e, ao mesmo tempo, de proceder na seleção e no diálogo com as questões que portam em suas formulações. Assim, a identificação e a escolha das fontes não é nunca uma prática dissociada da problematização dos sujeitos que as produziram.

Nesse caminho, pensei as narrativas orais como uma possibilidade de apreensão das avaliações de trabalhadores que viveram a cidade nessas últimas três décadas, um modo de compor experiências distintas para tratar da problematização das minhas questões; um procedimento que reconhecia a dificuldade de visualizar evidências das avaliações que trabalhadores estabeleceram sobre o tempo e as relações que viveram. Uma tentativa de problematizar as mediações operadas por um olhar de classe atribuído aos modos de vida dos trabalhadores, o que foi possível ser percebido em jornais, processos judiciais, relatórios de assistentes sociais ou de sanitaristas, entre outros materiais. Apesar do reconhecimento de que as narrativas orais não se diferenciavam do suposto

de compreensão dessas fontes, outras questões apareceram e exigiram novas reflexões diante os encaminhamentos próprios à sua produção e discussão.

Os procedimentos metodológicos que continuavam supondo o produto das entrevistas como práticas sociais, apontavam, também, para a minha presença nos diálogos/confrontos estabelecidos na formulação dessa documentação, assim como indicava situações em que os trabalhadores não estavam efetivamente lidando com o que era ordinário em suas vidas. Esta última especificidade, fundamentalmente diferenciada, a qual se constituía em um momento de avaliação instigada por minhas questões, podia ser um momento ímpar para a discussão da vida dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, diferente de outros materiais, não eram as entrevistas a própria movimentação dos trabalhadores.

As experiências elaboradas pelos trabalhadores com quem conversei indicaram o modo como perceberam minha presença enquanto interlocutor das questões que trataram. A discussão de suas vidas formulava o modo como estavam compreendendo a identificação que propunha com a realização da entrevista (PORTELLI, 2001). Uma consideração sem dúvida muito importante, mas não me parece ser essa a especificidade das narrativas orais pensadas enquanto fontes de pesquisa para a discussão e produção do conhecimento histórico.

PORTELLI, argumentando sobre “O que faz a história oral diferente”, disse, quando no diálogo com historiadores que percebiam provocações relevantes no conjunto de sua obra, que:

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: (...) já que os “lados” existem dentro do contador. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo “lado”. A confrontação de suas diferentes parcialidades – confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante. (PORTELLI, 1997: 25-39)

O literato italiano, colocando-se como partidário da “história oral”, defende a produção de entrevistas como produto da identificação construída entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Os trabalhadores são os personagens com os quais se propõe ao

diálogo. Nesse caminho, reconhece a “história oral” como o confronto do pesquisador com a diferença social, mas, também, com a desigualdade de classes, da qual ele mesmo pode ser expressão. A busca da identificação com os trabalhadores está, portanto, na prospecção do interesse pela composição com esses sujeitos. Essa confrontação me parece o que de mais sugestivo o autor aponta com suas reflexões a favor do que indica como “história oral”.

PORTELLI sugere, em seu texto, que a utilização da “história oral” pelos historiadores seria responsável pela seguinte mudança:

Escritores tradicionais de história apresentam-se usualmente no papel que a teoria literária descreve como “narrador onisciente”. Eles relatam eventos dos quais não fazem parte, e que dominam inteiramente e de cima (acima da consciência dos próprios participantes), na terceira pessoa. Parecem ser imparciais e desligados, nunca entrando na narrativa exceto para fazer comentários paralelos, à maneira de alguns romancistas dos séculos XIX. A história oral muda a forma de escrever da história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever da ficção literária: a mais importante mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história. (PORTELLI, 1997: 25-39)

A discussão da relevância, da especificidade e da validade do que foi apresentado como história oral, essa pensada enquanto um gênero de produção acadêmica, ao mesmo tempo que uma forma de envolvimento político dos seus propositores, estabelece posicionamentos como esses. Entendo o encaminhamento de PORTELLI como instigante e provocador. Tomo suas considerações como importantes frente ao desafio da produção do conhecimento histórico que proponho enquanto atividade profissional e política.

Desconfio, no entanto, que tomar suas considerações como instigantes para a produção do conhecimento histórico significa, como sugeriu, recolocar o modo de encaminhar os procedimentos que envolvem o historiador no diálogo/confronto que busca estabelecer com as relações que evidencia, diante a problematização das questões que se propõe. Penso que isso significa algo maior do que incorporar as fontes orais na produção do saber historiográfico, decorrendo disso o reconhecimento de que o pesquisador mediou a produção da narrativa oral. Reconhecer a importância que a discussão dessa incorporação vem provocando exige sair da “História Oral” e retornar para a discussão e produção do conhecimento histórico.

Talvez seja hora de incorporar, mais do que as narrativas orais, o procedimento de produção e discussão dessas fontes ao conjunto do olhar destinado às outras fontes e também à narrativa historiográfica, que tenta articulá-las como experiências sociais, como práticas de relações sociais. Fazer isso, enquanto diálogo na produção da narrativa do historiador, é reconhecer os valores e os interesses dos sujeitos que chamamos para a discussão do tempo histórico, explicitando nossos próprios interesses e valores. Isso talvez seja o que de mais significativo e relevante possamos apreender com a discussão das fontes orais.

Um caminho que talvez estimule a pensar em outras evidências que expressem as narrativas de trabalhadores, as quais podem estar impressas nas relações em que se movimentaram a partir da limitação da condição de classe que está presente em suas vidas. Pois, se enxergamos nas fontes orais a possibilidade de apreendermos as visões oferecidas por trabalhadores, sem as mediações dos olhares de classe de seus interlocutores, talvez existam outras formulações, presentes em espaços de confrontações protagonizados por esses sujeitos, os quais aguardam o trabalho de pesquisa dos historiadores.

Um trabalho que assuma em nossas investigações o interesse pela movimentação dos trabalhadores, ou seja, pelo modo como estão agindo/compreendendo com suas vidas. Modos de vida que reconhecem limites para o trabalho, moradia, atendimento médico, transporte coletivo, enfim, pressões que compõem uma condição de classe que desafiam as atuações que constantemente buscam alternativas para suas vidas.

As entrevistas constituíram-se em um espaço valioso de repercussão de valores e interesses, mas também de confrontação de minhas expectativas frente às dos sujeitos com quem conversei. Lidar com as narrativas orais, nesse sentido, não se tratou de percebê-las como mais uma especialidade documental, mas sim, como uma maneira de recolocar questões para o conjunto das outras fontes utilizadas na pesquisa, um modo de repensar a produção do conhecimento histórico, assim como da própria narrativa historiográfica.

Quando conversei com dona Maria, em março de 2005, minha intenção era que ela contasse sobre uma matéria de jornal que trazia sua foto estampada em uma de suas

reportagens. Já conhecia a reportagem, mas a vi novamente na sede da Associação de Moradores, quando fichava as Atas de reunião da entidade. A matéria, emoldurada e afixada como um quadro de parede, foi sugerida pela moça que tomava conta dos documentos como símbolo da luta dos moradores do bairro Alvorada, um conjunto habitacional do final da década de 1970. O quadro foi indicado como uma prova da combatividade dos moradores frente às dificuldades a que foram submetidos ao irem morar naquele lugar da cidade.

Fiquei impressionado com a mulher que posava com três crianças para a câmera fotográfica do repórter. Dentro da sala de sua casa, tomada pelo esgoto que tinha refluído, aparecia em meio a uma poça de água suja que dava em sua canela. Assim que terminei as Atas, peguei o seu endereço na Associação, e, afoito, já cheguei perguntando pela luta na Associação de Moradores. Com a referência da “redemocratização” dos anos de 1980 e do Governo peemedebista, ouvi a seguinte resposta.

Nós descia lá e conversava lá com o Secretário do Prefeito. Eu não sei se era aquele que foi candidato três vez, o Virgílio. Eu acho que era o Virgílio, eu acho não tenho certeza não. Porque isso tem muito tempo atrás, né? Eu peguei e fui trabalhar na Associação, nós ficava teno reunião na Prefeitura, tinha dia que nós ficava até duas horas da madrugada de reunião com eles. Eu era o fiscal de vigiar a rede de esgoto, quê que tava acontecendo por as casa. Mas, ai eu vi que mesmo os moradô não dava valor no serviço da gente. Esses pé de aivore que ta prantado tudo aqui na frente, foi tudo nós que fumo buscar na Prefeitura. Tinha muitos moradô que nós ia entregá os pé de aivore e eles não aceitava. Ai, quando venceu um ano eu desisti. Falei, eu não vou bater cabeça mais. Ai, veio a doença do meu menino, que ele toxicou com o veneno, né? Ele ficou muito doente, ai eu fiquei mais cuidando dele. Porque o meu marido era motorista de estrada, eu que tinha que tomar conta da casa e dos filhos, né? (...) Eu desisti porque sempre nós ia nos vizin conversa com ele, vê o quê que tava acontecendo com ele, tinha deles que recebia a gente, tinha deles que não recebia. Ai, nós trabalhá mode o trabalho da gente fica sem valor? Eu e a Márcia desistimo do primeiro ano. (Entrevista realizada com dona Maria em 28 de março de 2005)

Dona Maria se quer fazia distinção entre os prefeitos Virgílio Galassi, associado ao projeto da ditadura militarista, e Zaire Rezende, o “oposicionista democrático”. Para mim ficou claro que as reuniões na Prefeitura eram na Administração Zaire Rezende, as próprias Atas da associação e os jornais do período apontavam a truculência e a falta de acesso ao Prefeito Virgílio Galassi, assim como um relacionamento estreito com o prefeito peemedebista que fazia reuniões plenárias nos bairros e recebia “o povo” na Prefeitura, “até de madrugada se fosse preciso”. Mas, para Maria não havia uma

distinção significativa, talvez um indício de que para ela as dificuldades permaneciam como pauta constante na sua trajetória.

Mas essa foi só a primeira pancada que recebi. A segunda, bem mais difícil de ser digerida, foi a que tratou de sua relação na Associação de Moradores. Aprendi, naquele momento, o suposto das questões que enfrentei na realização da minha Dissertação, o qual pretendo dar visibilidade nessa reflexão. Digo isso porque instigou a recolocar as minhas questões, porque me provocou a escrever textos como este.

O fato de ter reconhecido que as relações com os seus vizinhos podiam ser tão problemáticas quanto às mantidas com o Poder Público foi importante para que pensasse sobre o convívio entre os trabalhadores ao viverem a cidade. Sua experiência apontou para a necessidade de não tomar como natural ou mecânico as relações entre esses sujeitos.

Longe da identidade de luta, sugerida nas imagens produzidas pelos atuais diretores da Associação, Maria falou da difícil relação com os moradores, dos diálogos recusados, dos valores divididos e da tensão aberta ao partilharem a cidade. Contou da avaliação feita em conjunto com a amiga Márcia, da decisão de não levar à frente uma prática que julgaram não ter o reconhecimento de muitos dos seus. Além do mais, a vida traz problemas inesperados, como a doença do filho, que exigiu dela a decisão pelos cuidados que não esteve disposta a abrir mão.

Para dona Maria, um ano foi o tempo que durou o envolvimento com a aposta que fez nas expectativas de lutas a partir da Associação de Moradores. Certamente, a decisão de entrar na Associação não marcou o início de sua luta diária, nem sua saída significou o fim das batalhas forjadas nas relações classistas. Não consigo perceber que abandonar o posto de “fiscal da rede de esgoto” tenha significado o abandono das lutas na defesa de seus interesses. O que certa historiografia quer fazer crer a partir do que considera, em nosso tempo, a desmobilização da luta organizada dos trabalhadores. Uma espécie de inflexão política na trajetória histórica da classe trabalhadora.

Contrariando essa análise, Maria justificou sua presença naquela matéria do Jornal Primeira Hora, a qual fez com que eu fosse à sua procura, apesar de não estar mais na

Associação de Moradores. A matéria que chamou a atenção do estudante de história que buscava a atuação de luta dos trabalhadores da cidade, mesmo que já se passasse mais de vinte anos de sua publicação, foi recordada, por sua protagonista, da seguinte maneira:

Aquela época, quando eu tirei aquela foto minha que você viu, deve ser no jornal, né? Água tinha invadido. Até essa sala aqui tava invadida. Estava minhas duas fia com febre, meu outro menino estava com rubéola. Ai, quê que eu fiz? Eu peguei e falei assim, “Não, eu tenho que pedi socorro”. Ai, chamaram a reportagem, eu fui para o meio da água com os menino. Porque não tinha lógica, porque você vê, nós tinha comprado essa casa, como é que nós ia fazer? Morá dentro da água? Falei não, “Nós tem que correr e pedi socorro”. Até eu ainda ri, que nessa época meu marido ainda era vivo, quando meu marido viu a reportagem chegá ele se trancou dentro do quarto. (Entrevista realizada com dona Maria em 28 de março de 2005)

Buscar socorro me parece participação social. Identificar os problemas que a fizeram sair da Associação de Moradores do bairro não significa negar sua possibilidade, significa viver outras possibilidades, buscar outros caminhos que podem até se cruzar na trajetória da vida que se leva. Esse é o sentido de uma cidade compartilhada. Apesar das diferenciações e das dissidências, as identificações são possibilidades a serem negociadas.

O envolvimento com a imprensa expressava a dinâmica das relações classistas produzidas naquele momento. A reportagem, realizada inclusive com a criação das poses propostas por Maria, é atravessada pela composição de interesses forjados no envolvimento de uma classe média que buscou se identificar com pessoas como a moradora do bairro Alvorada, que teve sua casa invadida por esgoto. O jornal, criado pelo grupo do Prefeito peemedebista quando do período eleitoral, teria que se posicionar, agora, frente ao “chamado do povo”, que o seu grupo dizia representar.

O adoecimento dos filhos, talvez já provocado pela exposição ao esgoto, a comoveu mais do que a vergonha que o marido demonstrou frente à situação, a qual procurou minimizar escondendo-se dentro do quarto enquanto os jornalistas faziam a reportagem com o restante da família. A casa estava compra, “como é que nós ia fazer? Morá dentro da água?”. A situação constrangedora, recolocada tempos depois, parece engraçada, mas sugere, inclusive no que é insinuado como cômico, o peso das relações vividas em desigualdades e experimentadas nas diferenças mesmo entre a esposa e o marido.

Ao tratar das dificuldades que seguem, falou do mato que cresce em frente à sua casa, o qual capinava quando a abordei para a entrevista. Contou das medidas que tomou para procurar resolver o problema:

Ficou da moça da reportagem vir aqui, porque o mato aqui tava grande. Porque nós peguemo e capinamo isso tudo e plantemo umas planta ali: alface, pé de coisa. Ai, o fiscal pegou e vei proibi para nós planta. Ele pegou e falou que ia mandá capiná, o fiscal. Ai, eu peguei e falei assim com ele, “Se o senhor não vier fazer isso eu vou cobrar do senhor”. Ele, “Não, pode deixar que nós vai”. Isso foi o ano passado, antes de janeiro, até hoje está esse matão ai. Peguei e liguei lá na reportagem, a moça pegou e falou assim, “Oh dona Maria, nós conversamos com o pessoal da soja, ele falou que eles vai tomar providência”. No dia que a menina pegou a cobra ali, nós peguemo e liguemo lá para reportagem, até hoje. Eles num vem, porque disse que esse homem que toma conta da soja ele é um homem muito poderoso. (Entrevista realizada com dona Maria em 28 de março de 2005)

Dona Maria lutava com o mato e a plantação de soja que fica de frente à sua casa. Se as reportagens dos jornais e dos programas de televisão são pensadas como possibilidades para se encaminhar as melhorias que os trabalhadores buscam em suas vidas, Maria parece indicar que está ciente dos limites dessas práticas. A interlocução entre sujeitos desiguais é a expressão de relações desiguais, o “homem que toma conta da soja ele é um homem muito poderoso”.

Insinua, a partir da justificativa que elabora frente à omissão da repórter ao seu chamado, a consciência do lugar que ocupa na sociedade em que vive. Sabe de que lado está o pessoal da reportagem, assim como o que defende o fiscal da Prefeitura que mandou capinar a horta que plantaram em mutirão. Mas, quem sabe se em uma outra questão a moça da reportagem julgue ser de seu interesse aparecer por lá. Pois a vida segue, apesar das marcas da desigualdade. Uma continuidade que exige a construção de diálogos/confrontos por parte dos trabalhadores, mesmo que os termos de suas relações não estejam do modo como gostariam que fosse (MARX, 2003).

A entrevista com dona Maria foi significativa para que pudesse encaminhar a discussão de um processo histórico dividido, tanto nas identificações, quanto nas diferenciações construídas pelos trabalhadores. Sugeriu a compreensão da complexidade do fazer-se da classe a partir das lutas diárias por uma vida melhor, tendo em vista a condição de desigualdade na cidade. Foi sugestiva no sentido de discutir um olhar de classe recorrentemente proposto, do qual a produção acadêmica não está isenta. Esse olhar

vem construindo um marco de análise para o tempo presente que vem insistindo em menosprezar a historicidade da luta dos trabalhadores.

A complexidade dessa trama vem sendo invariavelmente tratada, mesmo por parte de muitos dos sujeitos que se incomodam com a permanência da dominação de classe, como alienação, falta de consciência política, desmobilização dos trabalhadores, falta de organização de classe. Acredito que a questão talvez mereça ser recolocada. E é aí que se coloca a produção deste texto. Proponho a compreensão histórica das relações classistas que se mantêm.

O marco de uma referência proposta por uma certa classe média que se envolveu com as lutas dos trabalhadores vem sendo proposto como memória de uma luta passada e saudosamente reivindicada como paradigma de reconhecimento das lutas dos trabalhadores no tempo presente. O sentido proposto nos marcos dessa história é algo que merece ser problematizado. Uma problematização instigada pelo diálogo/confronto mantido com trabalhadores na realização de entrevistas, no trabalho de interpretação das fontes orais. Expandindo esse percurso de investigação e reflexão, vislumbrei em cartas enviadas a programas de televisão uma oportunidade de perceber narrativas construídas por trabalhadores no diálogo/confronto com seus apresentadores. Um procedimento que permitiu apreender enredos pautados em relações classistas.

Maria Lúcia, apontando para a limitação da atuação legal na busca pelo atendimento à saúde, escreveu para Amarildo Maciel, apresentador do programa Linha Dura, exibido pela TV Vitoriosa. O Programa, segundo o Instituto de Pesquisa GPP/Unicamp, é líder de audiência em seu horário, há cinco anos consecutivos¹. A carta de Maria, escrita em novembro de 2007, pedia ajuda para conseguir marcar uma consulta com um reumatologista.

Prezado Amarildo eu escrevo esta cartinha para você! Para te dar os parabéns pelo seu programa: eu vejo todas as tardes! Acho bom e fico feliz quando você realiza algo p/ as pessoas. Então eu estou aqui na qualidade destas pessoas p/ ser ajudada também. Amarildo é o único e último apelo. Sabe eu tenho artrite rematoide estou sofrendo muito: é uma doença cruel eu não estou suportando mais. Dói muito, dia e noite. Eu peço a você p/ ajudar-

¹ O Programa Linha Dura, assim como o Programa Chumbo Grosso, são apontados como líderes de audiência em seus horários, enquanto a Rede Vitoriosa, que transmite o sinal do SBT para 19 cidades do Triângulo Mineiro, ocupa, no conjunto de sua programação, a vice-liderança de audiência.

me a marcar a consulta. Tem 2 anos que estou na batalha da marcação e não tem jeito, todas as vezes não tem vaga, e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos. Não tenho dinheiro para pagar médico. Sabe Amarildo eu digo do fundo do coração: se for para eu viver assim eu prefiro morrer. É muito triste, é desconfortável: a alto estima esta lá em baixo não tenho alegria. Me ajude. Amarildo eu já tentei de todas as formas e não consigo. Tem que marcar com o Dr. Roberto Ronsa na Medicina. Deus te abençoe feliz natal a você e sua família. (MARIA LÚCIA. [Carta]. Uberlândia, 12.11.2007. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão).

O apelo é forte, aposta na sensibilização do apresentador e na dramatização que este pode conseguir caso escolha seu problema para ser exibido no Programa. Maria, sabe qual é o seu lugar na relação que propõe com Amarildo Maciel, “estou aqui na qualidade destas pessoas a ser ajudada também”. As supostas realizações, conseguidas por outros através do programa de televisão, são percebidas como uma possibilidade de atuação frente à necessidade da conquista de uma consulta médica, talvez mais uma tentativa entre as “que já tentei de todas as formas”.

Sabe que deve marcar a consulta na Medicina (Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia), com o Dr. Roberto Ronsa (trata-se de Roberto Ranza), mas isso não lhe é suficiente, “todas as vezes não tem vaga e com isso estou sofrendo e morrendo aos poucos”. Mas, acredita que essas informações são suficientes para que o apresentador consiga marcar a consulta, caso se interesse pela exibição da situação que enfrenta. Em troca, sugere a oferta da audiência diária ao programa, legitimando sua veiculação, assim como também oferece a prece de despedida, “Deus te abençoe, feliz natal a você e sua família”.

O apresentador Marcos Maracanã, âncora responsável pelo Programa “Chumbo Grosso”, também exibido pela Rede Vitoriosa, defendeu os dois programas da emissora como correlatos, respondendo a críticas feitas por Ivan Santos, colunista do Jornal Correio de Uberlândia, que enfatizou o caráter assistencialista, demagógico e sensacionalista dos quadros que apresentavam (MARACANÃ, M. Explicação do Apresentador. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, 18 abr. 2008). Argumentou que ele e o companheiro Amarildo Maciel, apesar dos distintos enquadramentos feitos na exibição do “Chumbo Grosso” e do “Linha Dura”², compunham um mesmo projeto.

² O Programa Chumbo Grosso é marcado por quadros policiais, foca a violência e se coloca na discussão do suposto do aumento da criminalidade na cidade. O Programa Linha Dura, por sua vez, procura se

Supondo que as pessoas que procuram esses programas estão fazendo desabafo, o apresentador argumenta que revestem de ficção “a realidade vivida por pessoas das classes populares ou não”, uma espécie de “dramaturgia da vida real”. Afirma, ainda, que oferecem o espaço de seus programas para realizarem um “trabalho social”, atuando como “porta-voz de donas de casa, empregadas domésticas ...”. E, na dissidência editorial e política, provoca o colunista do Jornal Correio de Uberlândia dizendo que as questões que tratam não ganham destaque em “muito veículo” por aí. Como ponto alto, aponta a grande audiência que possuem como uma espécie de auto-evidência da legitimação dos programas em questão.

Mas, além do dirigismo que Marcos Maracanã evidencia no editorial dos programas, os trabalhadores atuam e contradizem esse encaminhamento, utilizando de diferentes recursos para sair da racionalidade do projeto dos programas para produzir pressões que alterem o distanciamento entre esses e os telespectadores – a suposta admiração, a religiosidade partilhada, a influência classista, o endereçamento da carta aos apresentadores etc -, produzindo identificações e espaços de reivindicação para mudanças em suas vidas, formulando as relações classistas que essas práticas permeiam.

Maria Valdeci, escreveu, em fevereiro de 2008, uma carta para Amarildo Maciel. Pediu que o apresentador conseguisse, com um dos seus amigos, um tratamento de dentes para ela. Da minha parte, sem a condescendência e o paternalismo dos apresentadores, não percebi essa prática como um desabafo. Acredito que Maria tinha mais com o que se preocupar:

Oi Amarildo, você está bem? Amarildo eu gostaria muito que você me ajudasse à conseguir um tratamento de dentes pra mim com algum amigo seu ou conhecido pois tenho que tratar de dentes com urgência. Eu gostaria muito de receber esse tratamento, como presente de aniversário que está um pouco longe mais graças à Deus tenho um grande motivo para esta comemorando antecipadamente, eu tive câncer e este mês estou recebendo alta do hospital; eu estou super feliz e rindo atoa, só que com os dentes que tenho não da nem pra rir com gosto. O Hospital do Câncer oferece tratamento de graça igual de postinho. Só que eu não dei sorte já perdi vários dentes assim, e não tenho mais dentes a perder. Os meus dentes enfraquecerão muito com os tratamentos que fiz por causa do câncer. E eu não posso trabalhar fiquei com seqüela no braço (...) Então não tem como eu

apresentar com quadros de maior variedade, enfatizando o que seria as dificuldades vividas por moradores da cidade.

pagar esse tratamento. Dependemente de você conseguir ou não agradeço muito pela sua atenção. Muito obrigado. De sua fã: Val.
Eu assisto seu programa todo dia e adoro ver você dançar. Por que você morde na língua quando dança?
Abraços e fique c/ Deus. (MARIA VALDECI. [Carta]. Uberlândia, 07.02.2008. Carta ao Programa Linha Dura/Rede Vitoriosa de Televisão).

Apesar de ter motivos para estar feliz, teria recebido alta de um tratamento de saúde complicado, Maria narra, contudo, que teve sequelas e que não poderia trabalhar. Frente a um problema dentário que estaria enfrentando, argumenta, nesse sentido, que não teria como pagar por um tratamento particular. Que a alegria que estaria vivendo só não é completa porque sequer pode sorrir com gosto. Sabe que os Postos de Saúde oferecem tratamentos gratuitos, assim como o próprio Hospital do Câncer, mas sabe também que isso significa menos dentes na boca, pela demora, pela limitação dos procedimentos realizados e, muitas vezes, pela não realização do tratamento agendado, afirmando que, “não tenho mais dentes a perder”.

Assim, sugere urgência frente à solicitação, não deixando, com isso, de apresentar cordialidade para com o apresentador. Chega a mencionar que caso não consiga atender seu pedido ficaria contente com sua atenção, desse modo saberia se a carta ao menos chegou às mãos de Amarildo Maciel. Talvez desconfie que muitas das cartas não sejam atendidas e que talvez nem cheguem a ser lidas. Mas, a trama da escrita propõe a compreensão de que Amarildo Maciel teria amigos dentistas, ou conhecidos aptos a conseguirem algum profissional que, frente a um pedido feito por ele, prontificar-se-iam a atendê-la gratuitamente. O que nem com todos os esforços que empreendeu durante sua vida foi suficiente para lhe poupar os dentes da boca.

Parece-me que a desigualdade das condições entre os sujeitos ao viverem a cidade está em pauta nas linhas escritas nas cartas das Marias que procuram se relacionar com os programas de TV, os quais se propõem a dialogar com os trabalhadores, mesmo que seus interesses não sejam os mesmos. São interesses formulados de lugares sociais distintos, firmados em expectativas variadas, mas que se encontram na rede das relações classistas.

A identificação, mesmo que não seja gratuita ou mecânica, sugere a legitimação dos programas nas audiências que lhes atribuem. O que cria a possibilidade de Marcos Maracanã arrogar-se o “porta-voz dos populares”. Essas me parecem narrativas de uma

confrontação marcada pelo diálogo entre desiguais. Narrativas que se materializam nas práticas de movimentação dos trabalhadores.

Foi a partir desse mesmo campo de tensão que Eduardo Santos Torrecilhas, morador do bairro Shopping Park, preencheu, em maio de 2008, uma Ficha de Reclamação na Sessão de Controle e Fiscalização do Transporte Coletivo³. A procura pelas fichas de reclamação, disponibilizadas nos cinco terminais de ônibus distribuídos na cidade, é grande⁴. A prática de Eduardo, enquanto uma possibilidade comum para a atuação dos que recorrem ao serviço de transportes, permite evidenciar a movimentação dos diálogos/confrontos protagonizados por trabalhadores ao se colocarem frente às dificuldades de sua condição de classe. Foi a busca pelas evidências desse movimento que me fez olhar para essas fichas de reclamação enquanto fontes para a discussão e produção do conhecimento histórico.

A reclamação é sobre os horários da linha 141 Shopping Park, não adianta reclamar para o fiscal da empresa, pois o mesmo não tem educação nenhuma com as pessoas, que pagam suas passagens e não estão andando de graça, mas sim querendo só nossos direitos, como eu. Eu trabalho e fico indignado com a falta de respeito com os usuários do transporte coletivo, na minha opinião quem paga pelos erros da empresas é os funcionários motoristas e cobradores, que cumprem os horários da empresas e escutam coisas que até Deus duvida. Também sou funcionário de uma empresa grande sei como é. A partir das 20:00 roda só um. (TORRECILHAS, E. S. [Fichas de solicitação]. Uberlândia, 13.05.2008. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público).

Os horários dos ônibus que fazem a linha que permite se deslocar na cidade, tendo como referência o caminho que liga o lugar onde mora ao Terminal Central, ponto de embarque para muitos outros trajetos, não lhe satisfaz. Esses horários não foram pensados por Eduardo, que contesta a decisão de passar um único ônibus a partir das 20:00 horas. Sendo que, ao final do dia, após mais uma jornada de trabalho, tem que lidar com essa condição que reconhece como uma falta de respeito com ele, mas também com outros trabalhadores que necessitam desse meio de locomoção.

³ A Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo é ligada à Secretaria de Trânsito e Transporte da Prefeitura de Uberlândia. O órgão foi criado no conjunto de mudanças implantadas na criação do Sistema Integrado de Transportes (SIT) na cidade, o que ocorreu a partir de 1997.

⁴ Quando estive na Sessão de Controle e Fiscalização de Transporte Coletivo tive acesso a um arquivo que continha fichas dos anos de 2004 a 2008. Esse material era composto de aproximadamente cinco mil fichas.

Entendo que quando Eduardo julga que não adianta reclamar com os fiscais das empresas, sendo que esses trabalhadores não apresentam nenhuma identificação com suas dificuldades, mas sim com os interesses dos empresários, apontando que “não tem educação nenhuma com as pessoas”, o trabalhador se reconhece na relação, evidenciando as possíveis identificações e divisões desse universo de trabalho e pressão. Mas, entende também que tem o direito de ser bem atendido, precisa do ônibus. Então, dirige-se ao Poder Público, através do órgão de fiscalização do transporte na cidade. Apresenta-se como uma das pessoas que pagam suas passagens e que querem os seus direitos. Alega que está indignado com as empresas que prestam o serviço de transporte.

Ao argumentar que os motoristas e cobradores, diferente dos fiscais, não são responsáveis pela conduta das empresas de transporte, mas que eles estão sendo alvo de acusações que até “Deus duvida”, sugere um campo de disputas onde a insegurança dos motoristas e cobradores é reconhecida como terreno comum. Deixa claro que, em sua opinião, os funcionários estão pagando por erros que não são seus, “sei como é”, “também sou funcionário de uma empresa grande”.

A identificação com os funcionários das empresas de transporte tem como referência a condição comum de trabalhadores, o chão compartilhado das condições de classe. Esta identificação foi valorada na solidariedade de classe. Eduardo compreende o que seria os limites das atuações dos colegas trabalhadores. Exime-os de qualquer responsabilidade. Aponta as empresas como responsáveis pelos problemas que enfrenta com o transporte. Ao mesmo tempo, sugere o Poder Público como árbitro autorizado desse conflito.

Se Eduardo tem essa compreensão e sentiu a necessidade de defendê-la, talvez sua atuação seja um indício de que seu entendimento não se configura enquanto algo tranquilo, o que pode ter sido sugerido na diferenciação que fez de si e dos que acusam os motoristas pelos transtornos que são submetidos. O posicionamento de Eduardo talvez se constitua enquanto uma questão para os trabalhadores que enfrentam a condição de dependência do transporte público ao se relacionarem na cidade, sendo que acabam limitados frente à garantia de lucro que as empresas de transporte usufruem devido às concessões de prestação de serviço que recebem do Poder Público Municipal.

Otávio José Neto, que assim como Eduardo mora no Shopping Park, também procurou a Sessão de Fiscalização de Transporte para pedir melhorias no atendimento para os que, como ele, dependem dos ônibus ao transitarem pela cidade. Contudo, o foco de sua argumentação não foi o mesmo de Eduardo, dizendo que:

... o ônibus anda lotado no horário de pico e às vezes deixa a gente no ponto enquanto carrega na linha 141 o pessoal da UNITRI da linha 142. E nós que somos trabalhadores temos que conviver com isso enquanto os ônibus da linha 142 circulam em alguns horários praticamente vazios, além do mais pegam também vários deficientes físicos na UNITRI. Peço que a linha 141 faça o Shopping Park e não a UNITRI porque temos poucos ônibus a nossa disposição e nós que vem do trabalho tem que vir em pé, porque eles lotam o ônibus no terminal. (NETO, O. J. [Fichas de solicitação]. Uberlândia, 09.03.2006. Solicitação à Seção de Controle e Fiscalização de Transporte Público).

A constatação de que “eles”, os que lotam os ônibus no terminal, fazem com que “nós, que somos trabalhadores”, voltemos em pé para casa, é apresentada por Otávio como o alvo do problema. Não porque desconheça que são poucos os ônibus que servem ao seu bairro, mas porque julga que “eles” dificultam ainda mais a situação por que passa diariamente. “Eles”, são os estudantes universitários da UNITRI e os que com alguma deficiência física buscam o atendimento fisioterápico gratuito, oferecido pela instituição universitária ao promover a condição experimental de profissionalização dos estudantes que frequentam o curso de fisioterapia.

A condição de trabalhador foi delimitada por Otávio, não identificando nos estudantes e nos deficientes uma condição comum de classe. Apresentou essas diferenciações como desigualdades, insinuando, em certa medida, uma determinada divergência de interesses. Afinal, “eles” ocupam todos os assentos nos ônibus, lotam os veículos. Assim, tem que fazer o percurso em pé, quando consegue entrar no ônibus. Parece declarar que os trabalhadores estão sendo prejudicados.

Essas noções de trabalhador não apontam para uma identidade de classe fora das relações sociais. Antes, sugerem uma confrontação de valores que se definem no campo das relações que estão sendo estabelecidas na dinâmica da tensão social. A tensão, localizada na movimentação dos sujeitos, sugere contradições que merecem um exame mais próximo, uma consideração que não ignore as evidências de sua força política (HOGGART, 1973).

O reconhecimento da historicidade das movimentações dos trabalhadores, das avaliações e encaminhamentos de suas ações, talvez seja uma das mais significativas contribuições que o nosso trabalho possa promover. Partir das narrativas orais para a visualização das práticas dos trabalhadores, indo além das apreensões formuladas nos enredos construídos nas entrevistas, pode ser um percurso importante no diálogo/confronto com esses sujeitos, para o entendimento de um processo de lutas que continua aberto no horizonte histórico que compartilhamos.

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOGGART, Richard. *As utilizações da cultura*. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Editora Presença, 1973. 2vol.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*. São Paulo, n. 22, p. 9-36, julho/2001.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev./1997.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, Série HIPÓTESE, 1995.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, 269-281.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.